

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

“Sábado é dia de Inauguração”: política e apropriação espacial em São Gonçalo/RJ à luz dos periódicos locais (1977-1979)

Stanley Plácido da Rosa Silva*

Resumo: Invariavelmente, no imaginário popular, a urbanização está associada à modernidade, sendo, no mundo atual, o símbolo do progresso. Contudo, como toda obra humana, não deixa de ter implicações e usos políticos. Tendo isso em vista, este trabalho objetiva analisar, por meio dos periódicos locais, o uso e apropriação política que se fez da urbanização em São Gonçalo/RJ no final da década de 1970. Para tal, focalizaremos um programa denominado “Sábado é dia de Inauguração”, no qual o prefeito inaugurava pessoalmente, com direito a comício e comemorações, uma pequena obra ou melhoria a cada sábado. Dessa forma, buscamos compreender a relação existente entre o urbano e o político no âmbito municipal e analisar os usos que podem ser feitos do e no território.

Palavras-chave: Política – Urbanização fluminense – São Gonçalo (município).

Abstract: Unvariable, in popular imaginary, urbanization is associated to modernity, being, in the actual world, the symbol of progress. However, as all human works, it does have political implications and uses. Keeping that in mind, this essay intends to analyse, through local periodics, the use and political appropriation that some people people did in the urbanization process in São Gonçalo/RJ at the end of the seventies(1970). For this, we will focus on a show called “Sábado é dia de Inauguração”, in which the mayor inaugurated personally, with a rally and celebrations, a small work or improvements each Saturday. This way, we look for understanding the relation between the urban and the political in the city sphere and analyse the uses that can be done in and of the territory.

Keywords: Politics – Fluminense Urbanization – São Gonçalo (City)

Em meados de 1970, o mundo encontrava-se no que Hobsbawm chamou de “o fim da Era de Ouro”, numa analogia à prosperidade que o mundo conheceu do fim da Segunda Grande Guerra até o período em questão. Desta data em diante, o mundo enfrentaria uma crise econômica comparável apenas ao *crash* de 1929, afetando não só os países de economia capitalista como também os do chamado “socialismo real”, pondo fim ao *welfare state* americano e à social – democracia européia, que ruíram frente ao neoliberalismo adotado como solução à crise. (1994: 393-420).

No plano nacional, sob a égide da ditadura civil - militar instalada em 1964, o Brasil sente os impactos dessa crise e, como reflexo, assiste – se ao colapso do chamado “milagre econômico” que, como consequência, atinge de forma sensível a população assalariada, sobretudo nas camadas mais populares. (SILVA, 2000: 373) Logo, uma das medidas do período seria justamente acelerar a industrialização e a urbanização do país, na crença de que estas trariam o desenvolvimento e, conseqüentemente, a redução dos indicadores de penúria social.

Nesse contexto, surge, em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, significando, de certa forma, a superação das bases do “milagre econômico”, isto é, “esperar o bolo crescer para depois dividi-lo” partindo para uma política ativa de, ao menos, minoração dos desajustes sociais. Dessa forma, como afirma Ilza Andrade,

[...] a partir do II PND, o governo federal faz modificações no conteúdo da política social, chamando a si a tarefa de proteção aos pobres e marginalizados, numa clara demonstração de que a magnitude da pobreza, principalmente da pobreza urbana, era um dado preocupante, pelo que podia representar em termos políticos. (1996: 27)

O Brasil, e mais especificamente a região Sudeste, experimentava na década de 1970 um momento de forte urbanização e, nas palavras de Milton Santos, de metropolização das cidades, com o aumento do número de cidades milionárias e com mais de 100.000 habitantes, sendo que este fenômeno é interpretado, em grande medida, como resultado do enorme fluxo migratório que atingiu a região nas décadas anteriores. (SANTOS, 1993: 69-77).

Com uma urbanização premente e o agravamento das questões sociais no núcleo urbano, o governo decide pela criação de nove Regiões Metropolitanas¹, buscando, a partir do II PND, no caso das Regiões de Rio e São Paulo, reorganizar e evitar o crescimento urbano das mesmas. Não obstante, o plano previa que a execução das políticas básicas de urbanização

¹ As nove regiões, criadas em 1973, eram: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém.

(saneamento básico, asfalto e habitação, dentre outros) ficaria a cargo dos municípios, ficando a liberação das verbas a cargo da União (ANDRADE, 1996: 33-38).

Segundo Milton Santos, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (1996: 15) Igualmente, concordamos com José Reis quando este afirma que “um território (não sendo um dado, não sendo estático nem sendo garantidamente homogêneo) é, sem dúvida, um lugar em que se inscrevem relações de poder” (2005: 69).

Entendemos que toda a ação de uma sociedade se passa num dado território, sendo que, habitado pelo homem, este é um lugar que não escapa de ações políticas. Assim, partindo desse pressuposto e diante da conjuntura apresentada, este trabalho objetiva discutir e analisar, ainda que brevemente, o uso político que foi feito desse processo de urbanização, ou seja, como as autoridades transformaram um direito intrínseco da população – a oferta de serviços públicos e a progressiva melhora em sua condição de vida – num objeto de barganha político-eleitoreira que se fez com as alterações espaciais no território gonçalense, mais especificamente no período de 1977 a 1979.

São Gonçalo possui 251,3 Km² extensão, fazendo divisa ao norte e a leste com o município de Itaboraí, ao sul com o município de Niterói, ao Sudeste com o município de Maricá e pelo lado oeste com a Baía de Guanabara.² A cidade que hoje possui algo em torno de 900 mil habitantes³, contava, na década de 1970, com aproximadamente 200.000 eleitores, para uma população que chegava próximo dos 600.000 habitantes. Sua condição sócio-econômica não destoava do restante do Estado do Rio de Janeiro, tendo dentro dos limites do município a maior favela da América Latina, vítima constante de enchentes e carente, até os dias de hoje, de serviços mínimos de saúde e educação básica. (ARAÚJO, 2006: 194-198)

Nas eleições de 1976, a população elege para o cargo de prefeito, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o deputado federal Jayme Mendonça de Campos, com o total de 39.491 votos válidos contra 43.847 de seu principal adversário, o candidato apoiado pelo governo, Hairson Monteiro, filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).⁴ Sua eleição se dá num momento de forte ascensão do MDB tanto no plano nacional como no

² Disponível em < www.saogoncalo.rj.gov.br >. Site oficial da Prefeitura de São Gonçalo. Acessado em 26 de fevereiro de 2007.

³ Segundo o Censo Demográfico de 2000, de autoria do IBGE, a cidade possui 889.828 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e o sétimo do Brasil.

⁴ O pleito eleitoral era realizado em turno único e o que contava não era a quantidade de votos ao candidato, mas ao conjunto de candidatos do partido nas chamadas sublegendas. Junto com Campos, concorreram pelo MDB mais dois candidatos na chamada sublegenda. Foram eles: Darcy Brum, com 27.397 votos e Luiz Vianna, com 10.318, o que contabilizou 77.206 votos para o MDB contra 58.621 para a ARENA, distribuídos os 14.774 restantes entre Ayrtton Rachid, com 11.055 e Mario Correia com 3.719 votos, o que tornou Campos, portanto, prefeito do município.

plano estadual, fruto direto do processo de abertura política do país, motivo pelo qual sua vitória se dá mais pelo peso da sigla do que propriamente pela sua figura. (DINIZ, 1982: 71-87)

Em 15 de janeiro de 1977, com a confirmação de sua eleição, Jayme Campos concedeu entrevista onde destacava como medidas futuras de seu governo: “interligação dos bairros, saneamento e urbanização, criação de regiões administrativas, pavimentação e abertura de ruas e avenidas, instalação de passarelas sobre o leito das ruas de maior movimento [...]”⁵

Como se vê, a questão urbana estava presente desde a confirmação de sua eleição, e seria através da urbanização que Jayme Campos buscava atingir de forma consistente o seu eleitorado.

Todavia, antes de se analisar a atuação da administração municipal sobre o território gonçalense, torna-se necessário, contudo, esclarecer que inaugurar as obras por si só não renderia dividendos eleitorais, fazendo-se necessário, portanto, divulgá-las. Nesse ponto, entra no jogo o papel de divulgador que o jornal *O São Gonçalo*, uma das fontes de pesquisa desse artigo, teve durante esse período.

Inicialmente, à época da eleição, o referido jornal chegou a assumir acintosamente sua opção pelo candidato arenista, como podemos observar nos dois exemplos a seguir extraídos do jornal: “Inquestionavelmente, HAIRSON MONTEIRO está altamente qualificado para bem administrar o município”⁶; [...]nenhum outro candidato ou grupo político, que neste momento assumisse a prefeitura de São Gonçalo, teria envergadura, meios e modos de administrar São Gonçalo que Hairson e seu grupo.”⁷

Não obstante, após a eleição do novo governante, o jornal já agia de forma dócil em relação ao prefeito eleito, ocorrendo também uma recíproca por parte deste em relação ao jornal. Assim, a manchete deste jornal no dia 07 de junho é bastante esclarecedora, “Jayme Campos elogia editoriais de O São Gonçalo.”⁸

Desta data em diante, em praticamente metade das edições do jornal que falavam de realizações da prefeitura, estaria o rosto sorridente de Jayme Campos, estabelecendo uma aliança entre mídia e governante, imprensa e política, que sempre teve muita importância na política brasileira e revelou-se muitas vezes decisiva nos cursos do país (LUCA, 2005: 134). Todavia, a prática era comum também aos políticos fluminenses, inclusive alguns integrantes

⁵ *O São Gonçalo*, 15 jan. 1977, p. 01.

⁶ *O São Gonçalo*, 11 jul. 1976, p. 03. [grifo do original]

⁷ *O São Gonçalo*, 18 e 19 ago. 1976, p. 01.

⁸ *O São Gonçalo*, 07 jun. 1977, p. 03.

do MDB, chegando o próprio governador do Estado da Guanabara e, posteriormente, Rio de Janeiro⁹, Chagas Freitas, a ser proprietário de um jornal de grande circulação. (DINIZ, 1982: 129-166)

A análise das notícias de *O Fluminense*, jornal com sede em Niterói, cidade vizinha a São Gonçalo, acrescida das análises de *O São Gonçalo*, permite-nos, embora o último fosse comprometido com o governo, perceber que, de certa forma, seus críticos estavam certos, pois Campos, para certificar-se de que teria sempre uma obra a inaugurar, o fazia por partes, um dia inaugurando uma rua, outro uma travessa, em outro a iluminação e assim sucessivamente, garantindo, dessa forma, um comício por final de semana.

O programa “Sábado é dia de Inauguração”

Em 16 de maio de 1977, Jayme Campos inaugurava a primeira obra de sua administração, o calçamento das ruas centrais da cidade, fato que seria posteriormente comemorado como o início do programa carro chefe de seu governo. No entanto, é no dia 24 do mesmo mês, ao inaugurar o asfaltamento de uma rua no Jardim Catarina, periferia do município, que Jayme lançaria seu mais famoso programa de governo, “Sábado é dia de Inauguração”, como podemos verificar pelo noticiário de *O São Gonçalo*:

*O Prefeito Jayme Campos garantiu ao povo e autoridades presentes que tudo fará para, até o final de seu governo, entregar uma obra por semana à população “que já foi muito sacrificada e merece um governo de realizações e sem perseguições”.*¹⁰

Teve início uma verdadeira maratona de obras, com o prefeito inaugurando religiosamente, a cada sábado, uma obra ou melhoria à população. À medida que as obras iam se concretizando, a população ia cada vez mais sendo grata ao prefeito.

O programa do prefeito logo começou a receber críticas de seus opositores políticos, apontando um caráter eleitoreiro nas obras da prefeitura. O programa para estes, em vez de “Sábado é dia de Inauguração”, era “Sábado é dia de Enrolação”. Não obstante as críticas, o prefeito continuava a inaugurar suas obras.

Quanto a isso, para que possamos chegar uma compreensão sobre o que foi este programa, torna-se importante analisar, a título de exemplo, algumas das inaugurações noticiadas: “Cumprindo o prometido ‘Sábado é dia de Inauguração’, o prefeito [...] inaugurará uma rua, a Travessa Miguel Restun [...] com 500 metros...”¹¹. No mês seguinte, por ocasião de

⁹ Em 1975 os estados da Guanabara, antigo Distrito Federal, e Rio de Janeiro, com capital em Niterói, fundiram-se um só, dando origem ao atual Estado do Rio de Janeiro, com capital na cidade de mesmo nome.

¹⁰ *O São Gonçalo*, 25 mai. 1977, p. 03.

¹¹ *O São Gonçalo*, 21 mai. 1977, p. 03.

outras inaugurações, foi noticiado o seguinte: “Jaime Campos [sic] entrega hoje, às 18h00min horas, a pavimentação asfáltica da Rua Jardim Caiçara[...] com cerca de 300 metros.”¹² Na semana seguinte: “Depois do descerramento da fita simbólica, acompanhado de autoridades, convidados e o povo, o Prefeito percorreu o trecho de 500 metros de rua asfaltada.”¹³ Por último, já no mês de julho, sobre o asfaltamento de uma alameda, e depois de uma rua, temos respectivamente as seguintes notícias: “A Alameda Nossa Senhora Aparecida tem cerca de 250 metros de extensão[...]”¹⁴ e “Com 300 metros de extensão, a Rua Artur Silva também é uma opção para os gonçalenses que vão à feira do Alcântara. [...]”¹⁵

Devemos ressaltar que a situação do município era crítica, com 36% das crianças em idade escolar fora da escola¹⁶ e apenas 3% dos prédios tendo esgoto tratado.¹⁷ Mesmo assim, o prefeito negligenciava tais fatos para contemplar o que ele chamava de “recompensa para o povo”, ou seja, a inauguração de obras para a comunidade. Estas inaugurações, de uma forma ou de outra, garantiam a popularidade do prefeito, haja vista a situação em que viviam tais pessoas, isto é, qualquer coisa seria bem vinda. Nesse ponto, podemos verificar o uso político da carência, o que *grosso modo*, significa que

no trato do problema social é politicamente vantajoso adotar a ‘estratégia da deterioração: não fazer nada, ou quase nada, até que a situação atinja um tal nível de penúria, a partir do qual o mínimo realizável soe como um esplendor de solução possível e de eficiência (GÉNÈREUX apud MODESTO, 2006: 315)

O caráter eleitoreiro do “Sábado é dia de Inauguração” não é revelado apenas pelo fato de se urbanizar determinadas localidades do município, mesmo que precariamente. Mais do que isso, era um espetáculo a ser visto pela população. Esse tipo de espetacularização sempre foi muito perigosa para a prática democrática, pois

Quanto mais se teatralizar a política – quanto mais os cidadãos forem reduzidos a público, a espectadores das decisões políticas -, menor será o caráter público das políticas adotadas, menor seu compromisso com o bem comum, com a res publica que deu nome ao regime republicano. (RIBEIRO, 1994: 34)

Mais que transformar a inauguração de obras em espetáculo, Jayme Campos ganhou status de “salvador da pátria”, cumpridor de uma missão. Ao menos é essa a visão de Antônio Trajano Dias que, em nome dos moradores locais, declarou: “São Gonçalo, por meio de *Deus*, para completar sua felicidade, confiou seus destinos a Jayme Campos.” [grifo

¹² *O São Gonçalo*, 11 jun. 1977, p. 03.

¹³ *O São Gonçalo*, 22 jun. 1977, p. 03.

¹⁴ *O São Gonçalo*, 02 jul. 1977, p. 03.

¹⁵ *O São Gonçalo*, 27 jul. 1977, p. 03.

¹⁶ *O São Gonçalo*, 17 jun. 1977, p. 03.

¹⁷ *O São Gonçalo*, 22 jun. 1977, p. 03.

nosso]¹⁸ Entretanto, o agradecimento em relação ao prefeito não tocava apenas a população humilde, pois veremos um diretor de escola declarar que “Este prefeito é imprevisível [...] Nós não esperávamos por isso: imaginem só que *presentão* estamos recebendo”[grifo nosso]¹⁹

Percebe-se nestes discursos de agradecimento ora a dádiva ora o favor, prática comum dos governantes nacionais que acaba instituindo um poder que na concepção de Marilena Chauí “Pretende operar numa relação direta entre governantes e governados” (1994: 19), excluindo o aparelho estatal da relação política e garantindo a identificação da prestação de serviços não para com o Estado, mas com a pessoa ocupante do cargo, como se não fosse obrigação das diversas instâncias administrativas o atendimento de um direito do cidadão/contribuinte.

Verifica-se, portanto, que a política campista não representava os interesses populares, mas sim o da classe dirigente do município. Nestes termos, o prefeito presta contas à classe dominante gonçalense e entrega, em jantar no restaurante Oásis, cópias do plano de governo no qual consta o pedido às autoridades competentes para a desativação do ramal ferroviário local, o que beneficiaria diretamente o comércio local, em detrimento dos interesses da população gonçalense.²⁰ Participaram do jantar representantes da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), do Rotary Lions e da Associação Comercial e Industrial de São Gonçalo (ACISG), sendo que a composição da mesa de jantar revela os termos do encontro.²¹

É muito elucidativa a declaração do prefeito justificando a necessidade de uma rodoviária municipal e a conseqüente desativação do ramal ferroviário. Na sua visão, a construção de uma rodoviária, mais que benefício à população, “[...] iria incrementar o comércio gonçalense e dar mais conforto não só aos usuários como também aos empresários de transportes coletivos do município.”²²

Cabe ressaltar, contudo, que no campo educacional o prefeito não agia diferente, sendo o seu secretário de educação, Luiz Vianna, proprietário de uma escola particular, o que põe em dúvida as intenções do governo quanto à política educacional, ainda mais quando este mesmo governo, no lugar de ampliar a rede pública, firma convênio com 28 colégios particulares para a concessão de bolsas integrais²³, o que, constatatadamente, não era uma

¹⁸ *O Fluminense*, Edição São Gonçalo, 05 out. 1979, p. 03.

¹⁹ *O Fluminense*, Edição São Gonçalo, 14 abr. 1979, p. 03.

²⁰ O ramal ferroviário em questão sempre é lembrado como provável trajeto de um projeto de metrô que ligaria a cidade à capital estadual, Rio de Janeiro, o que facilitaria de forma considerável a vida da população local em grande medida empregada no Rio de Janeiro, obrigada a fazer um trajeto que leva em média 90 minutos e poderia ser reduzido pela metade.

²¹ *O São Gonçalo*, 02 out. 1978.

²² *O Fluminense*, Edição São Gonçalo, 01 abr. 1978.

²³ *O São Gonçalo*, 06 jan. 1982.

prática exclusiva da prefeitura de São Gonçalo durante o período de vigência da ditadura civil-militar iniciada em 1964. (CUNHA, 2002: 35-87)

Podemos observar que, ao eleger a urbanização como carro-chefe de seu governo, o Executivo gonçalense simplesmente ignorou as outras carências do município, como a educação – optando por privilegiar donos de colégios particulares com a privatização do ensino –, o saneamento básico ou os transportes, problemas que até hoje afetam os habitantes do município. (ARAÚJO: 2006; MODESTO; 2006).

Nesse sentido, a própria imprensa do período destaca que a preocupação maior do prefeito era com o setor urbanístico, que valorizava imóveis e abria caminho para as empresas de ônibus e não com o social, que em sua administração resumiu-se a asfaltar ruas.²⁴

Considerações finais

Poulantzas afirma que o território tende a modificar-se de acordo com os modos de produção e, sob o capitalismo moderno, passa a ser essencialmente político na medida em que o Estado tende a monopolizar os procedimentos de organização do espaço e usar esses procedimentos como objeto de dominação e coerção sobre sua população (1991: 113-123).

O uso que é feito do território e do espaço urbano dificilmente deixará de ter uma conotação política. No entanto, isso não quer dizer que as intervenções estatais sobre o mesmo devam ter, necessariamente, fins políticos *stricto sensu*. Abordando especificamente o “Sábado é dia de Inauguração”, implementado pelo prefeito Jayme Campos, não é difícil perceber que isso não ocorreu, isto é, suas intenções visavam claramente o cenário político municipal e estadual.

A preocupação com o *marketing* político e com seu fortalecimento eleitoral fez com que Jayme Campos, diferentemente do que esperava a população, adotasse uma postura personalista e de conciliação junto á classe dominante, fazendo do “Sábado é dia de Inauguração” apenas um artifício enganoso e por que não, maquiavélico, ao promover festas em que aparecia ao lado da população carente ao mesmo tempo em que governava para a classe dirigente.

Reconhecemos que tal prática política não se restringe à década de 70 e 80 do século XX, mas que continuam a existir de certa forma, não apenas em São Gonçalo como em diversos outros municípios do país, sendo o município aqui estudado apenas um exemplo dentre vários possíveis. Não obstante, esperamos que com este breve estudo, tenha ficado

²⁴O *Fluminense*, Edição São Gonçalo, 13 mai. 1977.

claro que a questão urbana é muito mais complexa do que aparenta, perpassando diversos outros aspectos da vida social que não apenas as alterações geográfico-territoriais que produz.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Ilza Araújo Lima de. *Políticas e Poder: o discurso da participação*. São Paulo/Natal: Ad Homem/Coop. Cultural UFRN, 1996.

ARAÚJO, Eloísa Carvalho de. “Projeto de urbanização integrada como experiência de planejamento urbano na metrópole”. In: SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano José G. de (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade, território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. “Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados.” In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. “Roda Viva” In: _____; GÓES, Moacyr de. *O Golpe na educação*. 11ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção Estudos brasileiros; v. 59).

FREIRE, Désirée G.; FREIRE, Denise G. “Consolidação de São Gonçalo (RJ) na periferia metropolitana e produção industrial: novas questões para a reflexão.” In: SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano José G. de (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade, território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. J. *Era dos extremos: o breve século XX*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MODESTO, Nilo Sérgio d’Ávila. “As práticas espaciais do poder político em São Gonçalo”. In: SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano José G. de (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade, território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

REIS, José. “Uma epistemologia do território.” *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, vol. 13, nº. 1, 2005, pp. 51-74.

RIBEIRO, Renato Janine. “A política como espetáculo” In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização”. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Território: globalização e fragmentação*. 3ªed. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1996.